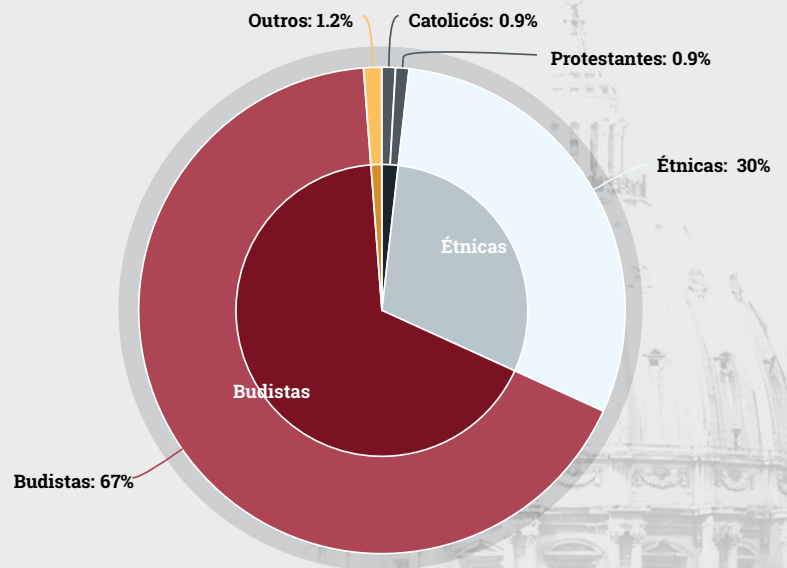


Laos



Em 21 de janeiro de 2016, o Partido Revolucionário Popular do Laos reformulou o seu gabinete político e o vice-presidente Bounnhang Vorachit, de 78 anos, foi empossado como novo secretário-geral do Partido Comunista do Laos.ⁱ Umas semanas antes, em 2 de dezembro de 2015, por ocasião do Festival Nacional, o Presidente da República Democrática Popular do Laos, Choummaly Sayasone, de 79 anos, expressou a sua satisfação por, nas suas palavras: “O sistema político da democracia popular ter sido melhorado e substancialmente reforçado.”ⁱⁱ Mesmo assim, passados 40 anos de governo indiviso pelo Partido Revolucionário Popular, o Laos ainda permanece na lista dos países menos desenvolvidos do mundo.ⁱⁱⁱ

O ano de 2016 promete retirar o Laos do relativo anonimato em relação à comunicação social. A partir de janeiro deste ano, o país assumiu a presidência rotativa da ASEAN (Associação de Países do Sudeste Asiático).^{iv} Já no início de janeiro, John Kerry visitou a capital, Vietnã,^v a terceira visita deste tipo feita ao país por um secretário de Estado norte-americano. E fala-se também no presidente Obama visitar o Laos durante o ponto alto da ASEAN.

DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

A liberdade religiosa e de crença está inscrita nas leis do Laos. A Constituição de 1991, revista em 2003, detalha os direitos das pessoas, e a liberdade de crer e não crer tem lugar de destaque entre eles.^{vi} Na prática, contudo, a visão do Laos sobre a liberdade, pelo menos no que diz respeito à liberdade religiosa, é em muitos aspectos semelhante à do seu vizinho Vietnã. Esta semelhança não é coincidência, dada a proximidade ideológica entre os dois partidos comunistas no poder em Vientiane e Hanói. Pode ser resumida como um sistema de solicitação e concessão, no qual as organizações religiosas pedem às autoridades estatais autorização para fazer o que quer que seja, e o papel destas autoridades é conceder ou não as autorizações solicitadas.

Especificamente, é o decreto assinado pelo primeiro-ministro em 2002, conhecido como “Decreto 92” sobre a “prática religiosa”, que regulamenta todos os assuntos religiosos no país.^{vii} No entanto, em vez de definir condições para o exercício da liberdade religiosa, tal como consagrado na Constituição, o decreto e os seus vinte artigos abrangem o procedimento que permite ao Estado controlar e interferir no domínio religioso. Isto inclui a obrigação por parte de todas as organizações religiosas de se registrarem junto das autoridades, as restrições impostas à propagação das religiões, e também o controle estatal sobre a publicação e impressão de literatura religiosa.

Num país onde a adesão religiosa tende a seguir as linhas étnicas, este decreto também consagra um grau de discriminação que favorece o Budismo sobre outras religiões. No Laos, cerca de 55% da população pertence ao grupo étnico Lao e a maioria destes é budista. Deles é igualmente o grupo étnico que domina a vida política local. Mesmo que o

neguem e insistam no carácter secular do Estado, os líderes políticos do Laos pertencem de fato, pelo menos culturalmente, ao Budismo Theravada. A consequência direta desta forte influência budista, apesar de quarenta anos de um regime comunista oficial, é que o Decreto 92 prevê um certo número de exceções para o Budismo, o que significa que, na prática, os monges budistas e os pagodes não estão sujeitos às mesmas restrições que as outras religiões. Ao nível nacional, esta proximidade entre o Budismo e o Estado traduz-se no fato de o Sangkharat, o patriarca supremo do Budismo no Laos, ter ligações estreitas com as figuras políticas principais do país. O Governo promove a cultura do Laos, que é entendida como emanando do Budismo. Nas províncias, é comum os responsáveis governamentais convidarem monges budistas para virem abençoar os seus edifícios recém-construídos.

Como consequência, a grande maioria das restrições à liberdade religiosa diz respeito às minorias religiosas, especificamente aos Cristãos protestantes (menos de 1% da população).^{viii} Estas restrições também afetam sobretudo as quarenta e oito minorias étnicas, que em conjunto representam aproximadamente 45% da população. Dada a falta de liberdade de informação e o controle governamental restrito sobre os meios de comunicação oficiais, é muitas vezes difícil encontrar informações seguras. Contudo, os casos de perseguição contra os Cristãos protestantes parecem ocorrer sobretudo nas zonas rurais ou envolver zonas rurais. Aqui, por vezes ocorrem conversões ao Cristianismo. Isto provoca uma reação hostil entre os vizinhos, que são sobretudo animistas e que olham para o Cristianismo como um “elemento estranho” que provavelmente irá perturbar os espíritos que protegem a aldeia. Para preservar a “harmonia” e impedir qualquer tipo de perturbação pública, as autoridades governamentais tendem a ser muito duras com os Cristãos, forçando os novos convertidos a declararem a sua lealdade aos antepassados e aos espíritos animistas.^{ix} Um incidente deste tipo em particular atraiu bastante publicidade.

INCIDENTES

O caso teve início na província de Savannakhet com a morte de Chan (ou Chansee), em 22 de junho de 2014, na aldeia de Saisomboon, distrito de d'Atsaphangthong. Esta morte ocorreu após uma longa e grave doença envolvendo um período no hospital. Sendo originalmente budista, ela tinha se convertido ao Cristianismo em abril de 2014, juntamente com os seus oito filhos, uma situação que tinha irritado particularmente as autoridades da aldeia, que puseram pressão constante sobre os recém-convertidos para que voltassem à “religião dos seus antepassados”.^x

A pedido de Chan, cinco líderes cristãos tinham vindo ajudá-la e rezaram com ela durante os últimos momentos de vida. No dia da sua morte, o chefe da aldeia tinha dado autorização à sua família para organizar uma cerimônia cristã e para enterrar Chan no seu próprio terreno, uma vez que Saisomboon é uma das aldeias onde é recusada autorização aos cristãos para realizarem os seus próprios ritos funerários.

No entanto, uns momentos antes do funeral, o chefe da aldeia retirou a sua promessa e proibiu o funeral. Com a ajuda do secretário do Partido Comunista local, tentou então intimidar a família de Chan, exigindo que eles assinassem um documento formal renegando a sua fé.

Após este incidente, Kaithong, pastora da igreja em Saisomboon, apresentou uma queixa formal ao administrador local do distrito de Atsaphangthong. No dia seguinte, 24 de junho, foi detida pela polícia local, juntamente com o Puphet, pastor da igreja na aldeia de Donpalai, Muk, responsável pela comunidade cristã em Huey, Hasadee, responsável pela igreja em Bungthalay, e Tiang, membro da comunidade cristã local.

Pouco depois, o responsável da aldeia, acompanhado por monges budistas, forçou a família de Chan a enterrar a sua mãe de acordo com os ritos budistas no cemitério da aldeia. Quanto aos cinco líderes cristãos, que foram acusados de terem envenenado a vítima durante a sua viagem de regresso do hospital e de terem “organizado um funeral ilegal”, foram levados para a polícia e atirados para dentro de celas, com as mãos e os pés acorrentados a blocos de madeira.

Em agosto de 2014, os cinco foram absolvidos da acusação de homicídio e, finalmente, em 12 de fevereiro de 2015, foram condenados a nove meses de prisão de acordo com o artigo 82º do Código Penal por “administrarem tratamento médico sem licença”.

Numa declaração de 18 de fevereiro de 2015, a ONG Human Rights Watch para a liberdade religiosa no Laos denunciou esta decisão jurídica, que “confundia oração pelos doentes com prática ilegal de medicina”. Pediu ao Governo do Laos e ao tribunal local na província de Savannakhet que revissem o julgamento e que garantissem respeito pela liberdade religiosa, incluindo o direito a rezar pelos doentes. Sirkoon Prasertsee, responsável pela ONG, com sede nos EUA, disse: “A mensagem que este julgamento envia aos Cristãos do Laos é que as autoridades podem prender e criminalizar cristãos simplesmente por se reunirem em oração pelos doentes. A decisão do tribunal ameaça o próprio âmago da religião cristã, onde a oração pelos doentes e pelos que sofrem é agora considerada oficialmente como um crime.”^{xi}

Em setembro de 2015, um destes cinco cristãos, Tiang, casado e pais de seis filhos, morreu na prisão, aparentemente como consequência de não receber tratamento para a diabetes.

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

No que diz respeito aos Católicos no Laos, o exercício da sua liberdade religiosa é dificultado pela vigilância estatal estrita aos líderes das quatro vigararias apostólicas no país. O regime de solicitação e concessão acima descrito prejudica constantemente a estrutura organizacional da Igreja. Os

próximos meses podem revelar-se particularmente sensíveis. Em 5 de junho de 2015, o Papa Francisco assinou decretos que confirmam o martírio de dezessete sacerdotes e leigos, ambos missionários do Laos e estrangeiros, mortos no Laos entre 1954 e 1970. É a primeira vez que a Igreja Católica beatifica mártires mortos na Ásia por organizações comunistas cujos sucessores diretos ainda estão no poder.^{xii}

De certeza que o Governo do Laos não foi apanhado de surpresa. A causa para a beatificação dos dezessete mártires foi apresentada em 2004 e iniciada a pedido dos bispos do Laos, que estão convencidos de que a beatificação dos seus mártires vai contribuir para o crescimento da Igreja no seu país. Nas palavras dos bispos do Laos, a Igreja neste país “ainda é uma planta jovem e muito verde: precisam encontrar ‘tutores’, apoio sólido sobrenatural”, para guiá-la no ambiente demasiado hostil.

Por enquanto, as autoridades do Laos não reagiram a este anúncio. Os bispos católicos no país tornaram clara a sua intenção de realizar a cerimônia de beatificação no Laos. Para eles, esta cerimônia vai marcar o fato de que, tal como a Igreja de Roma foi fundada sobre o testemunho de Pedro e Paulo e inúmeros outros mártires, também a Igreja do Laos vê os seus próprios mártires como uma base sólida para o seu crescimento e para o crescimento da sua vida diária.

Continua por confirmar se as autoridades do Laos vão autorizar que uma cerimônia deste tipo se realize. De acordo com Martin Stuart Fox, professor australiano e especialista em história do Laos, o novo secretário-geral do partido é “um antigo revolucionário e um político astuto que não vai mudar de rumo ou fazer qualquer tipo de alteração” (ou seja, em relação à política repressiva do Governo).